

Flavi Ferreira Lisbôa Filho, Rodrigo Décimo, Hélio Hey,
Vera Lucia Portinho Vianna e Ana Paula Perlin



UFSM NO DISTRITO CRIATIVO

UFSM NO DISTRITO CRIATIVO

Organização

Flavi Ferreira Lisbôa Filho

Rodrigo Décimo

Hélio Hey

Vera Lucia Portinho Vianna

Ana Paula Perlin

1.^a Edição

Santa Maria
Pró-Reitoria de Extensão | PRE
2023

U25 UFSM no Distrito Criativo [recurso eletrônico] / organização Flavi Ferreira
Lisbôa Filho ... [et al.]. – 1. ed. – Santa Maria, RS : UFSM, Pró-Reitoria
de Extensão, 2023.
1 e-book : il. – (Série Extensão)

ISBN 978-85-67104-87-4

1. UFSM 2. Distrito Criativo 3. Santa Maria (RS) I. Lisbôa Filho,
Flavi Ferreira II. Título.

CDU 304.4(816.5)
334.4(816.5)
316.7(816.5)
378.4.017.7

Ficha catalográfica elaborada por Lizandra Veleda Arabidian - CRB-10/1492
Biblioteca Central - UFSM

Reitor

Luciano Schuch

Vice-Reitora

Martha Bohrer Adaime

Pró-Reitor de Extensão

Flavi Ferreira Lisbôa Filho

Pró-Reitora de Extensão Substituta**Geoparques**

Jaciele Carine Sell

Articulação e Fomento à Extensão

Rudiney Soares Pereira

Cultura e Arte

Vera Lucia Portinho Vianna

Desenvolvimento Regional e Cidadania

Victor De Carli Lopes

Subdivisão de Divulgação e Eventos**Editora PRE**

Aline Berneira Saldanha

Revisão Textual

Laura Lopes

Taís Vasques Barreto

Capa

Stephanie Goulart

Imagem capa

Laboratório GRIN/UFSM-CS

Diagramação

Luciomar de Carvalho

CONSELHO EDITORIAL

Prof^a. Adriana dos Santos Marmori Lima
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Prof. José Pereira da Silva
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Prof. Leonardo José Steil
Universidade Federal do ABC - UFABC

Prof^a. Lucilene Maria de Sousa
Universidade Federal de Goiás - UFG

Prof^a. Maria Lucila Reyna
Universidad Nacional del Litoral - UNL

Prof^a. Maria Santana Ferreira dos Santos Milhomem
Universidade Federal do Tocantins - UFT

Prof. Odair França de Carvalho
Universidade de Pernambuco - UPE

Prof^a. Olgamir Amancia Ferreira
Universidade de Brasília - UnB

Prof. Olney Vieira da Motta
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Prof. Roberto Ángel Medici
Universidad Nacional de Entre Ríos - UNER

Prof^a. Simone Cristina Castanho Sabaini de Melo
Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP

Prof^a. Tatiana Ribeiro Velloso
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Este livro é resultado do Edital 062/2022 da Pró-Reitoria de Extensão. O conteúdo desta obra é de total responsabilidade de seus autores, que se comprometem com as informações e imagens nele contidos, não respondendo a Pró-Reitoria de Extensão por reclamações de terceiros.

POR QUE PRECISAMOS DE UM MEMORIAL EM HOMENAGEM ÀS VÍTIMAS DA TRAGÉDIA DA BOATE KISS?

Virgínia Vecchioli¹

Gabriel Rovadoschi Barros²

Resumo: Este capítulo coloca em destaque a importância de contar com um memorial às vítimas da tragédia de Santa Maria enquanto espaço de homenagem permanente às vítimas e de acolhimento de sobreviventes e familiares, assim como lugar de referência sobre a tragédia para as futuras gerações. Precisa-se incluir o memorial dentro dos objetivos do Distrito Criativo considerando que o local da tragédia se encontra dentro de seu perímetro.

Palavras-chave: Vítimas. Memórias. Boate Kiss. Patrimônio. Tragédias.

1 INTRODUÇÃO

O capítulo busca contribuir na compreensão da importância do memorial no resgate da dignidade das vítimas que tiveram suas vidas e sonhos ceifados, na reparação simbólica dos sobreviventes e familiares, na promoção de ações de preservação da vida, e na transmissão dos aprendizados trazidos pela tragédia para as novas gerações. Na direção contrária à crença de senso comum pela qual os memoriais olham exclusivamente para o passado e são de interesse exclusivo dos familiares de vítimas de eventos trágicos, argumenta-se aqui que os memoriais são entidades bifrontes que colocam também seu foco no futuro, trazendo contribuições decisivas a toda sociedade em termos de promoção de saúde

¹ Professora Doutora do PPGCS e PPGPC- UFSM

² Presidente da AVTSM - Doutorando do PPGDCH-UFSM

e bem-estar, de construção de cidadania e defesa dos direitos humanos e de desenvolvimento turístico e econômico das cidades onde eles estão localizados; o que justifica que eles sejam apoiados desde todas as esferas do Estado e da sociedade civil.

Apresenta-se também um conjunto de iniciativas em prol da criação de um futuro memorial desenvolvido no marco de distintos projetos de extensão e pesquisa sediados na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) por especialistas em processos de patrimonialização de lugares de sofrimento. Esses projetos permitiram definir um conjunto de estratégias que visam a recuperação das memórias da tragédia, combinando testemunho e novas tecnologias digitais na construção de uma narrativa pública que comunique a tragédia e seus aprendizados às futuras gerações. Interessa-nos disponibilizar essas experiências para que outros possam replicá-las, contribuindo com novas iniciativas e esforços coletivos. Trata-se de um texto que pressupõe conhecimentos técnicos especializados sobre recursos expográficos e curadoria de lugares de sofrimento, mas que aspira ser compreensível para um público não necessariamente especializado na temática de patrimônio e direitos humanos. Partindo da ideia de que a memória precisa ser ativada para existir, o texto deseja contribuir para o diálogo entre as ações desenvolvidas nas universidades, na sociedade civil e nos diferentes níveis do Estado. O capítulo busca impactar os seus leitores, orientando-os à promoção de ações de patrimonialização da tragédia.

2 MEMORIAIS: DESAFIOS CENTRAIS

Seria impossível resguardar o passado se ele não se conservasse no meio material que nos cerca, naqueles espaços que ocupamos ou pelos quais passamos em frente nos nossos deslocamentos cotidianos. Os passados de sofrimento também deixam suas marcas no espaço urbano e elas podem ser incorporadas ao trabalho coletivo de memória, virando lugares de homenagem, de congregação da comunidade e de aprendizados (VECCHIOLI, 2014). Como nos ensina o sociólogo Maurice Halbwachs, os espaços associados ao sofrimento devem virar lugares de memória para que a lembrança da tragédia possa se *fixar* (HALBWACHS, 1990).

Para começar a compreender a importância de um memorial às vítimas da tragédia de Santa Maria, é necessário evitar equiparar o memorial com o espaço arquitetônico. O espaço arquitetônico é fundamental - ao ponto que existe uma disciplina específica dentro do urbanismo voltada para a reflexão e produção de espaços memoriais. Porém, um memorial não é o espaço físico. O espaço físico é o suporte de um conjunto de ações pedagógicas, culturais, museológicas e políticas levadas à frente dentro desse espaço que chamamos memorial. Um memorial compreende a realização de todas essas ações em forma coordenada e em prol de um objetivo comum.

A construção do espaço físico é o pontapé inicial do processo de patrimonialização do passado que envolve o grande desafio de construir - a partir da dor privada e individual de familiares e sobreviventes - uma comunidade ampla de sentimentos de empatia e solidariedade que possa

reconhecer a legitimidade do sofrimento dos diretamente envolvidos, assim como recuperar os ensinamentos da tragédia para que episódios de mortes em massa nunca mais aconteçam no futuro.

A partir deste objetivo central, define-se seu principal desafio: criar recursos que produzam e promovam a identificação simbólica do visitante com as vítimas, seus familiares e sobreviventes. As metas para o memorial compreendem, então, o desenvolvimento de um conjunto de recursos a serem adotados nas exposições permanentes e temporais, nas atividades culturais e educativas, nas estratégias de comunicação da instituição com a cidadania, que devem servir como pontes metafóricas entre a tragédia e o público visitante. Esses recursos devem permitir apreender emocionalmente que a tragédia de Santa Maria não é um assunto exclusivo dos familiares, mas que é de interesse de todos nós porque nos ensina sobre a importância de dedicar esforços à prevenção e à preservação da vida e nos ensina sobre a capacidade das pessoas de se reinventarem a partir de uma situação limite, assim como sobre importância de lutar coletivamente pelo reconhecimento dos direitos de justiça, memória e reparação. No desenvolvimento dessas metas é preciso levar em conta a diversidade de públicos possíveis: os diretamente afetados, os jovens, os funcionários públicos responsáveis por ações de preservação da vida, as escolas, os pesquisadores e os turistas que visitam Santa Maria. A observância de todos esses objetivos faz dos memoriais conjuros contra os perigos do esquecimento, espaços de promoção de saúde e bem-estar, de

promoção dos direitos humanos e alicerces para o desenvolvimento cultural, econômico e turístico da cidade no curto, médio e longo prazo.

3 OS PERIGOS DO ESQUECIMENTO

A Corte Interamericana de Direitos Humanos recomenda a criação de memoriais como parte das medidas orientadas a restabelecer a dignidade das vítimas perante a comunidade, a servir como forma de reparação simbólica dos familiares das vítimas e dos sobreviventes, a estabelecerem um registro irrefutável dos fatos nos casos em que vigora a impunidade e como uma forma de evitar a repetição dos abusos cometidos no passado.

Os memoriais são essenciais porque a experiência histórica ensina que a magnitude de um acontecimento não oferece, *per se*, nenhuma garantia de que ele seja lembrado nas décadas seguintes. Se, inicialmente, tragédias envolvendo a perda de um grande número de vidas geram fortes sentimentos de comunhão e empatia para com as vítimas, os sobreviventes e os familiares, os quais sofreram perdas irreparáveis e de indignação moral perante o absurdo da perda de vidas, o descaso dos poderes públicos e a busca de lucro que se coloca acima do valor da vida, com o passar do tempo, esses sentimentos vão perdendo seu fôlego. Progressivamente a vida regressa às suas rotinas e a memória do acontecido vai se perdendo aos poucos. As pessoas vão desenvolvendo sentimentos mistos entre tentar esquecer, fingir que nada aconteceu e distanciar-se da dolorosa realidade imposta pela tragédia, incluindo a evitação dos contatos com as vítimas

diretas e com os lugares associados à tragédia, reduzindo assim o apoio e a coesão social criada inicialmente. Outras forças podem contribuir para a produção de esquecimento. Muitas das vezes, os diretamente afetados pela tragédia estão apinhados de demandas e precisam dar prioridade à luta por justiça, para evitar que os crimes permaneçam impunes. Outras vezes, o silêncio acaba-se impondo como forma de desviar as responsabilidades daqueles que encontram na lembrança da tragédia uma face na qual não querem se reconhecer. Como consequência, o esquecimento acaba se impondo na vida coletiva.

Isso significa que, para acontecer, a memória de eventos traumáticos precisa ser ativada. Ela não surge de maneira espontânea. Como assinala o historiador Pierre Nora, “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que *não existe memória espontânea*, de que é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações [...] porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13, grifo nosso).

Em Santa Maria, verifica-se esse processo de gradual esquecimento. Hoje em dia, os assuntos relacionados ao incêndio deixaram de interpelar a comunidade para se tornarem questões exclusivas das pessoas envolvidas diretamente com a tragédia: sobreviventes, familiares e profissionais que as atendem (DASSOLER: 2017). É doloroso perceber que a perda vai deixando de ser importante, como fica claro na fala da mãe de uma das vítimas da tragédia da Boate Kiss: “no início as pessoas se

envolveram muito e depois começou a haver o afastamento” (Maria, informação verbal)³.

Esse esquecer acarreta, por sua vez, uma grande incompreensão da situação de todos aqueles que estão diretamente atravessados pelo luto, criando a oportunidade para o exercício de uma nova forma de violência, dessa vez simbólica, para com as vítimas e seus familiares: por que as famílias não esquecem as mortes? Por que a cidade não continua em frente? As pessoas passam a exigir que a cidade esqueça da tragédia, apagando qualquer resquício de memória sob o argumento que deixa a cidade “feia”, impedindo seu avanço. A partir desse momento, vítimas, sobreviventes e familiares das vítimas precisam levar em frente mais uma luta, dessa vez, contra a incompreensão, o preconceito, o silêncio e, quando não, a censura e a impunidade. Novas feridas – simbólicas - se somam a perda do ente querido: a demora do Estado em levar justiça às vítimas, a ausência de um reconhecimento da sua parte de responsabilidade na tragédia e a desmobilização e a falta de sensibilidade com a tragédia por parte da sociedade mais ampla.

O trabalho cotidiano de memória realizado pelos familiares e sobreviventes deve passar a comprometer a sociedade toda. O dever de memória deve comprometer a todos nós porque o esquecimento acarreta o risco maior: a tragédia se repetir.

³ As falas reproduzidas no texto foram proferidas por familiares de vítimas ao longo dos projetos coordenados por Vecchioli. Decidiu-se preservar a identidade dos familiares substituindo seus nomes verdadeiros por outros apócrifos.

Importante ressaltar aqui as dificuldades na criação de uma narrativa coletiva sobre o acontecimento traumático. Os danos gerados pela tragédia à saúde mental são imensuráveis e a dimensão do horror vivido naquela noite torna trabalhoso até encontrar palavras para descrever o que se passou. Esse estatuto de indescritível da tragédia favorece a instauração de um “tabu” acerca do tema Kiss, o que dificulta a consolidação de uma narrativa coletiva enquanto sociedade sobre e tragédia, dificultando também a elaboração do trauma por cada afetado, tornando solitário esse percurso.

4 O VALOR DA MEMÓRIA

A luta pela consolidação da memória coletiva precisa percorrer o caminho individual da elaboração do trauma até chegar a um ponto de encontro em que convergem as diferentes categorias de afetados: sobreviventes, familiares, amigos de vítimas e afetados pela tragédia. A coletivização da experiência favorece a construção de planos que prezam pela dignidade da memória e, principalmente, a responsabilização jurídica para que tais crimes não voltem a acontecer.

A sociedade civil cumpre aqui um papel central no trabalho de memória. Através da organização coletiva – representada pela Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM) -, busca-se fornecer um espaço de acolhimento às diferentes dificuldades que cada afetado encontra no caminho, possibilitando o compartilhamento das experiências que potencializam o processo singular

de elaboração. Temos, portanto, um cenário em que o trauma coletivo não é somente a soma dos traumas individuais, mas a relação entre tais elaborações com a (im)possibilidade de inserção social da temática. Para reverter esse processo de esquecimento e sequenciamento da tragédia, precisa-se empreender ações de promoção da memória.

No caso da tragédia de Santa Maria, a sociedade civil – encarnada na AVTSM – é a principal promotora das ações comemorativas, destacando-se – entre muitas - o valor da Tenda da Vigília na praça central da cidade como espaço de resistência e as comemorações anuais realizadas a cada 27 de janeiro como recursos para evitar que a tragédia seja esquecida.

Os familiares das vítimas e os sobreviventes sabem do valor da memória para o futuro das novas gerações. Nas suas falas é constante a preocupação em evitar que outras famílias passem pela dor que eles experimentam até hoje:

Acontece todo dia, a minha preocupação e do pessoal aqui é evitar novas tragédias. Que a justiça seja feita pelos nossos filhos e evitar que volte acontecer. Sei que 100% é impossível, mas que a gente tem que lutar para que não aconteça de novo. E a gente está fazendo (Matheus, informação verbal).

Os familiares assumem para si o dever e o compromisso não só de manter viva a memória de seus entes queridos perdidos na tragédia, mas de evitar que outras pessoas passem por isso. Na perspectiva dos familiares, a memória claramente se associa à possibilidade de construir um futuro melhor: “... se precisam de ações preventivas para que esses que não participaram [da tragédia] saberem, aliás, nós mesmos temos filhos, netos

e, se não prestar atenção isso, pode acontecer de novo” (Maria, informação verbal).

Os memoriais possibilitam que pais, familiares, sobreviventes e amigos tenham a chance de contar a todos a tragédia, as histórias dos seus entes queridos e tudo que aconteceu desde então. A lembrança dessas dores compartilhadas coletivamente serve como medida de reparação simbólica aos atingidos diretamente por uma tragédia e atua também como conscientização e lembrete constante para que tragédias como essa não se repitam (SCHMITZ, 2021).

5 MEMORIAIS: ALICERCES PARA A PROMOÇÃO DA CIDADE

Os memoriais são espaços fundamentais para evitar o apagamento das tragédias, já que a memória coletiva precisa, para perdurar, de um ponto de apoio permanente no espaço físico. Para além desses fundamentos físicos, a memória pública precisa de uma ação decidida e mantida ao longo do tempo para que ela alcance a comunidade toda. A memória precisa produzir uma reparação aos sobreviventes e familiares, mas não se restringir a esse universo restrito de pessoas. Ela deve apontar seus esforços às gerações futuras. O compartilhamento e transmissão de um legado para as futuras gerações é o dever dos memoriais: a experiência vivida por um segmento da sociedade passa a ser compartilhada por uma maioria que não viveu diretamente essa experiência (NORA, 1993).

Os memoriais físicos se apresentam como espaços que permitem reviver e reconstruir o passado, para que esse seja lembrado no presente e

no futuro (HALBWACHS, 1990). Eles ressignificam o espaço da tragédia, atribuindo a ele novas possibilidades: permitem colocar em valor as vidas que foram ceifadas, tramitar o luto e advertir a todos da necessidade de preservar a vida por meio de mudanças sociais e ações coletivas. A memória edificada é uma forma de reparação simbólica não só da violência sofrida na tragédia, mas das violências subsequentes: os silenciamentos, apagamentos, estigmas e eventuais atos de censura e assédio moral.

Contrariamente à ideia de senso comum, os lugares de memória não impedem o crescimento de uma cidade nem são um obstáculo para o seu crescimento econômico. Pelo contrário, eles se transformam em espaços ativos que promovem iniciativas diversas tanto de formação escolar, quanto artística, científica, turística e recreativa. Essas experiências todas geram não apenas aprendizados sobre o passado traumático, mas também oportunidades de ativação da atividade econômica e cultural de uma cidade: o memorial e museu em homenagem à tragédia do 9/11 em Nova Iorque é visitado anualmente por um milhão de pessoas. Três milhões de visitantes percorrem a cada ano o memorial e museu criado onde funcionou um dos maiores campos de concentração da segunda guerra mundial: Auschwitz-Birkenau, hoje considerado patrimônio da humanidade pela UNESCO. Esses exemplos nos permitem compreender que os memoriais são espaços geradores de vida. Isso porque o objetivo de fazer memória não é a simples evocação dos fatos, mas promover a mudança social, a saúde e o bem-estar da comunidade toda. A memória não está ligada exclusivamente ao passado. Os memoriais olham para o futuro

colocando seu foco na agenda democrática e na agenda dos direitos humanos. Nesse sentido, eles servem para entender o passado, explicá-lo, dar-lhe um novo significado e, a partir daí, gerar consenso sobre um futuro diferente e sob a convicção de que a memória só é útil quando os erros são admitidos e retificados.

6 UM MEMORIAL ÀS VÍTIMAS DA TRAGÉDIA DE SANTA MARIA

Com base nesse conjunto de convicções, compreende-se a importância de contar com um memorial em homenagem às vítimas da maior tragédia do Rio Grande do Sul e de contar com equipes técnicas engajadas na produção de estratégias que visem apresentar e narrar a tragédia para o público visitante do futuro memorial.

A iniciativa surgiu da AVTSM que, em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RS), com a Prefeitura de Santa Maria e com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS - ONU), realizou um concurso nacional de projetos em 2018. O concurso foi levado em frente através de um grande esforço coletivo de arrecadação de recursos, e o projeto do arquiteto Felipe Zena Motta foi escolhido como ganhador. De acordo com os desejos da AVTSM, a estrutura da boate será totalmente destruída – uma vez que os responsáveis pela tragédia sejam julgados – para abrigar o memorial no mesmo local onde aconteceu a tragédia, na Rua das Andradas, nº 1925. Por sua vez, a Associação conseguiu a transferência do prédio da boate para a prefeitura, garantindo assim a disponibilidade do sítio para o futuro memorial físico.

Contando com o prédio e com o projeto arquitetônico definido, precisa-se definir outro conjunto de questões tão importantes quanto as anteriores: como narrar a tragédia para os visitantes do futuro memorial? Através de quais recursos? Como utilizar os diferentes espaços disponíveis dentro do memorial físico? Que tipo de atividades ele poderia sediar? Como atingir distintos tipos de público? Qual seria o modelo de gestão? Como transcender as fronteiras físicas da cidade e atingir um público mais amplo? Qual seria a participação dos familiares das vítimas e dos sobreviventes na produção da memória da tragédia? Como traduzir a tragédia em uma oportunidade de produzir consciência a respeito do valor da vida? Como poderiam ser aproveitadas as experiências prévias de patrimonialização do sofrimento desenvolvidas tanto no Brasil quanto em outros países que atravessaram situações limites?

Como resposta às diversas demandas apresentadas tanto pela própria AVTSM quanto pelos poderes públicos – o Ministério Público de Rio Grande do Sul -, foram desenvolvidos diversos projetos de pesquisa e extensão coordenados por Virginia Vecchioli entre os anos de 2017 e 2021 em parceria com essas instituições⁴. O propósito de todos eles foi colaborar

⁴ Os resultados apresentados neste capítulo fazem parte dos projetos de extensão 1) “Arte e Memória em Santa Maria: em prol da criação de um memorial em homenagem às vítimas da tragédia da Boate Kiss”, sediado na Pró-reitora de Extensão e no Observatório dos Direitos Humanos; 2) “Boate Kiss: memória, justiça e tecnologias digital interativas”, realizado em parceria com o Ministério Público de Rio Grande do Sul e dos projetos de pesquisa; 3) “A gestão do sofrimento coletivo das vítimas: um estudo das reconfigurações do engajamento e da prática política”; e 4) “Vítimas, parentes e justiça como categorias militantes, estatais e expertas. Um estudo comparado das mobilizações de familiares de vítimas em democracia Argentina e Brasil”, todos coordenados por Virginia Vecchioli e desenvolvidos dentro do

na elaboração de possíveis estratégias para o futuro memorial. As ações estiveram orientadas à criação de uma equipe técnica qualificada, à produção de um diagnóstico sobre as expectativas do público do futuro memorial, à criação de um plano de necessidades funcionais e organizacionais e de estratégias participativas, à ampliação dos alcances do projeto por meio da criação de um memorial virtual e à reconstrução digital e interativa da boate tal como ela era na noite da tragédia considerando que nada restará da casa noturna, uma vez que o memorial seja construído.

A tabela a seguir apresenta em forma sintética os objetivos estabelecidos e os principais resultados produzidos:

Quadro 1 - Objetivos e metas alcançadas

Eixo	Objetivo	Produto
1	Criar uma equipe técnica qualificada em patrimonialização de lugares de sofrimento	Equipe integrada pelas especialistas: as professoras Virginia Vecchioli (UFSM), Juliane Serres e Maria Leticia Mazzucchi (UFPEL) ⁵
2	Aproveitar as experiências nacionais e internacionais de patrimonialização de lugares de sofrimento	Comitê científico: Joel Candau (França), Luís Carlos Toro Tamayo (Colômbia), Ruben Chababo (Argentina), Núcleo de Estudos sobre Memoria (Argentina), Marcio Seligmann-Silva (Campinas), Francisco Cougo (UFSM), Marcelo Canellas e Felipe Zene Motta.
3	Conhecer as expectativas dos familiares das vítimas e dos sobreviventes	Informe dos encontros quinzenais com familiares de vítimas em 2018 na sede da AVTSM e do

Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e de Pós-graduação em Patrimônio Cultural da UFSM.

⁵ A equipe integrou também a estudantes bolsistas e voluntários de graduação e pós-graduação: Danilo Rangel e Leonardo Monteiro Alves (Museologia) e Rafael Nascimento (Computação) da UFPEL. Lucas Back de Araújo, Laura Perin Lucca, Suzana Belinasso, Andressa Renata Alves Hinkelmann (Ciências Sociais) e Tauani Bisognin (Patrimônio) da UFSM e o arquiteto e desenvolvedor Lucas Kolton.

		questionário <i>online</i> anônimo disponibilizado entre familiares e sobreviventes em 2019
4	Conhecer as expectativas da comunidade mais ampla	Informe dos resultados do questionário aplicado a 313 pessoas
5	Definir as funcionalidades dos espaços disponíveis	Plano de necessidades funcionais: dentro dos 450 m2 cobertos do futuro memorial, foram distribuídas as salas das exposições permanentes e temporárias, a estrutura administrativa de gestão, a área de reserva técnica, o centro de pesquisa e documentação, o espaço de usos múltiplos, um espaço de convivência, os banheiros e o espaço de almoxarifado.
6	Definir uma estrutura organizacional	Diretor + Conselho de gestão + responsáveis por áreas. Diretor escolhido por concurso e conselho integrado por familiares, sobreviventes e especialistas em patrimônio e direitos humanos.
7	Construir uma narrativa que permita comunicar a tragédia ao público visitante	A narrativa que organiza a exposição permanente consta de três momentos: 1) “a vida”, 2) a “suspensão da vida” e 3) a “reinvenção da vida”
8	Desenvolver recursos expográficos para narrar a tragédia	1) objetos cotidianos das vítimas, 2) a reconstrução em RV + espelhos quebrados para simbolizar a tragédia e 3) experiência imersiva 360° e outdoors fotográficos e murais artísticos 4) QR Code para recuperar as lembranças de cada vítima
9	Desenvolver estratégias que permitam transmitir a memória da tragédia fora da cidade de Santa Maria	Criação de um memorial virtual
10	Desenvolver estratégias participativas	Geração de conteúdos pelos próprios usuários do memorial virtual
11	Desenvolver recursos digitais e interativos	Recriação em 3D do interior da boate.

Fonte: Elaboração própria (2022)

Por motivos de espaço, vamos apresentar apenas algumas dessas propostas. Outros resultados do projeto podem ser encontrados em Vecchioli e Lucca (2022).

6.1 UMA MEMÓRIA QUE ACOLHE A TODOS: NARRAR A TRAGÉDIA

Os principais repertórios de intervenção estão voltados para a construção de uma narrativa que comunique a tragédia aos diversos públicos do futuro memorial. Na sala permanente, prevê-se a construção de uma narrativa em três momentos. O percurso se inicia com um primeiro momento, chamado “a vida”, que mostra ao público o cotidiano dos jovens, seus sonhos e expectativas para o futuro. Os objetos cotidianos e pessoais das vítimas são os recursos expográficos selecionados para dar início ao trajeto com o intuito de provocar sentimentos de empatia nos visitantes que podem identificar esses objetos na sua própria vida ou lembrar-se deles por estarem associados a pessoas próximas. O uso dos objetos das vítimas é uma estratégia amplamente utilizada em casos como o memorial do Holocausto em Washington ou Paris, entre muitos outros.

O segundo momento foi chamado de “a suspensão da vida”. Nesse momento do percurso, a exibição deve conseguir resolver o desafio de atender duas demandas em simultâneo: o pedido dos familiares das vítimas para que o memorial não exiba imagens de morte e a necessidade dos visitantes de conhecer a tragédia e suas consequências. Como assinalaram os pais, “é doloroso ver imagens da tragédia, era bom evitar essa sensação de morte, tragédia, desestrutura os pais” (Maria, informação verbal). Para resolver esse desafio, foram escolhidos dois recursos expográficos. O primeiro deles seria o uso de espelhos quebrados para simbolizar as vidas ceifadas, como ainda podem ser vistos os que restaram no interior da boate. Por meio desse recurso, evita-se uma representação realista da

tragédia que poderia dificultar a visita do memorial para os familiares, ou seja, seria um espaço preservado que não exibiria abertamente imagens da tragédia.

O segundo recurso expográfico é a recriação realista do interior da boate criada em 3D e utilizada como prova durante o júri de 2021. A proposta prevê converter o recurso 3D em formato de Realidade Virtual (RV), o que possibilitaria que o visitante, que assim o desejar, pudesse percorrer o interior da boate por meio do uso de capacetes sem fio, sem que as imagens afetem àqueles que optam por não realizar a imersão realista no cenário da tragédia. O recurso permitiria conhecer em detalhe a cena do crime, as condições materiais que conduziram a tragédia e provar o caráter labiríntico da boate junto às inconsistências no seu funcionamento (janelas com tapumes, impedimentos de saída, forro, etc.). Ao mesmo tempo, possibilitaria conhecer os depoimentos dos sobreviventes que poderão ser anexados ao dispositivo.

Uma característica desse espaço reconstruído é que ele permanece como um cenário propositalmente vazio como resultado de uma decisão ética e política: o protagonismo é dos sobreviventes. Mesmo que sejam inseridos objetos e pequenos indicadores mostrando inconsistências (como, por exemplo, ausência de extintor, de placa de saída, de luz de emergência, etc.), não foi reconstruída nenhuma trama ou história. Dessa forma, é o testemunho dos sobreviventes que dá sentido ao recurso de RV, evitando a inclusão de recursos ficcionais e a possibilidade de uma espetacularização do crime. O recurso de RV se insere numa tendência

mundial de utilização de tecnologias digitais interativas em museus e memoriais. A vantagem desses recursos interativos sobre os documentários tradicionais é que eles possibilitam uma apreensão ativa da realidade já que, a todo o momento, é o interator quem escolhe os percursos a serem realizados, os testemunhos a serem ouvidos, etc. A narrativa apresenta-se aberta aos interesses dos visitantes, contrariamente ao que acontece no documentário tradicional que apresenta ao espectador uma narrativa fixa e fechada de princípio a fim. Ambos os recursos – os espelhos e a RV -, utilizados em forma combinada, permitem responder as duas demandas simultâneas.

Por último, o terceiro momento da exposição foi chamado “a reinvenção da vida” e tem como intuito aprender das lições que a tragédia deixou para todos em termos de ações de prevenção de incêndios, em termos do valor da justiça, da importância das lutas da sociedade civil na conquista de seus direitos e das formas em que aqueles que perderam um ente querido ou sobreviveram à tragédia conseguiram reorganizar suas vidas depois de ter atravessado um evento limite. Em consequência, a exibição não culmina na tragédia, mas nos desdobramentos dela. Os recursos expográficos para este terceiro momento serão outdoors e imagens em 360° das ações coletivas da AVTSM em busca de memória e justiça, das tarefas de solidariedade realizadas pelas mães e dos protocolos de prevenção de incêndio que todo espaço público deve conter. A exibição permanente se abre para o jardim central do memorial que serve como espaço de acolhimento e recolhimento.

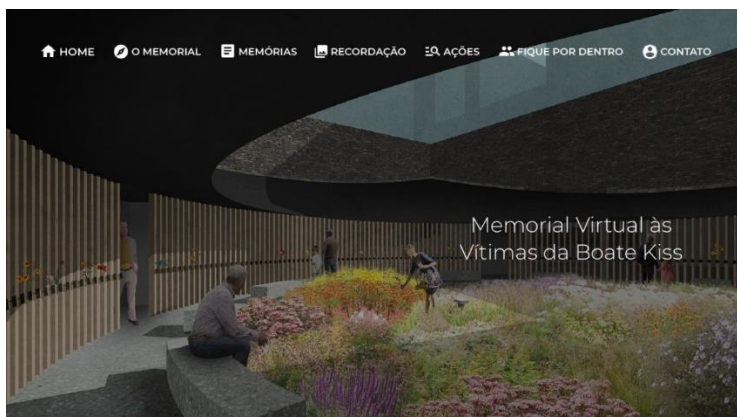
6.2 O MEMORIAL VIRTUAL: ESTRATÉGIAS PARA ATRAVESSAR FRONTEIRAS

Hoje em dia as tecnologias digitais permitem desenvolver estratégias inéditas que permitem transcender as fronteiras físicas de uma cidade e conseguir atingir um público maior, fazendo com que a tragédia seja conhecida em detalhe no âmbito nacional e internacional. Os memoriais virtuais e físicos funcionam como uma única unidade porque eles permitem combinar ações e propósitos, envolvendo estratégias que possibilitem o desenvolvimento de recursos de educação não formal, assim como o desenvolvimento de estratégias participativas na produção de memória. Com esse propósito, foi dado o pontapé inicial de um memorial virtual que está disponível em <https://memorialkiss.org/>⁷.

⁶ Acesso em 5 dez 2022.

⁷ Acesso em 5 dez 2022.

Figura 1 - Site do memorial virtual



Fonte: acervo pessoal de Virginia Vecchioli.

6.3 UM MEMORIAL EM PERMANENTE CRIAÇÃO: ESTRATÉGIAS PARTICIPATIVAS

Ainda que a criação do memorial seja uma condição necessária para a preservação da memória a longo prazo, os memoriais *per se* não garantem que essa memória perdure no sentimento das pessoas da comunidade. Se eles não têm significação para a vida da comunidade onde se inserem, se não engajar a comunidade toda, eles ficam esvaziados de sentido e acabam sendo abandonados, podendo – paradoxalmente - tornarem-se lugares de esquecimento. A condição para a memória fazer seu trabalho é que o memorial seja um lugar significativo para toda a comunidade, tanto para os familiares das vítimas e os sobreviventes, quanto para as futuras gerações. Em uma perspectiva ampla, esses sítios devem apresentar significativa

importância para o presente e o futuro da comunidade local, mas também da humanidade como um todo (UNESCO, 2003).

Hoje em dia existem variados recursos tecnológicos que permitem aos interessados participar do trabalho da memória, reunindo em um único espaço as biografias das vítimas e as infinitas lembranças que estão espalhadas entre as recordações das famílias, de seus amigos, de vizinhos, de professores etc, como se evidencia nesta fala: “final de semana achei um vídeo dela, da formatura do segundo grau (...) nem me lembrava desse vídeo, foi a coisa mais maravilhosa do mundo a ouvir falando... ouvir a voz dela.” (Luis, informação verbal).

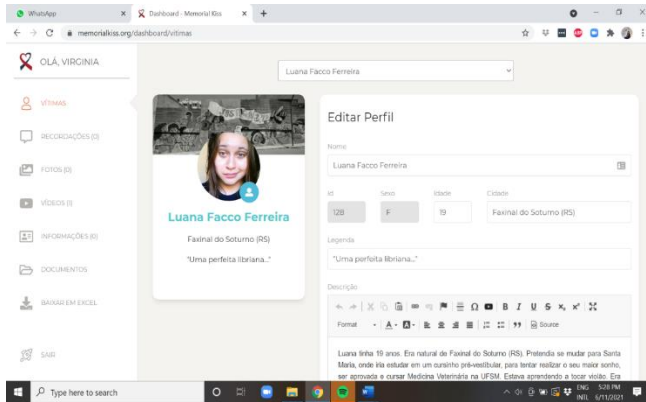
O memorial virtual poderá reunir todas essas lembranças e recordações virando assim uma ferramenta chave de consolidação da memória coletiva:

A minha expectativa é que a gente receba coisas assim, fotos até mais assim, como a minha filha que trabalhou aqui na universidade, poder manter contato com os colegas. Daqui a pouco tem fotos maravilhosas de momentos bons que eu nem sei que ela viveu. Eu acho que aquilo vai me fazer bem, pra nossa família ver que enquanto ela esteve aqui, ela socializou, ela teve momentos felizes, ela foi participativa, ela foi feliz... pra mim esse memorial é o mais importante, acho que vai permitir reviver momentos como esses (Neusa, informação verbal)

Para alimentar as histórias de vida, foi criado um recurso por meio do qual todos os interessados poderão participar através do site: distintas “abas” criadas no memorial virtual significam possibilidades de compartilhamento das lembranças relativas às vítimas em forma de textos, fotografias, vídeos, documentos e outras informações. O memorial oferece a possibilidade de inserir vídeos ou áudios, assim como outros conteúdos

no link “Ajude-nos a melhorarmos a descrição da Luana, enviando informações como...”. A seguir, apresenta-se um detalhe dos conteúdos que podem ser compartilhados no memorial virtual através da aba “Faça uma contribuição para o perfil de Luana”.

Figura 2 - Aba de lembrança de Luana Ferreira - vítima da Boate Kiss.



Fonte: Acervo pessoal de Virginia Vecchioli.

Através do memorial virtual, os visitantes que percorrem a “Galeria de lembranças” podem conhecer as histórias das vítimas, assim como os familiares e amigos ou conhecidos podem compartilhar detalhes sobre a vida delas do tipo: qual era sua música favorita ou como se conheceram.

Figura 3 - Aba de lembrança de Andrielle Silva - vítima da Boate Kiss. 2019



Fonte: Acervo pessoal de Virginia Vecchioli

No futuro, esses esforços todos poderão se integrar: os visitantes do memorial físico poderão ter acesso às biografias coletadas no espaço virtual através do *QR code* adicionado ao nome de cada uma das vítimas colocado em cada um dos pilares de madeira que serão erguidos no jardim central do memorial da Rua das Andradas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessas páginas, mostramos os memoriais como espaços de promoção dos direitos humanos, da saúde e bem-estar dos diretamente envolvidos na tragédia e como alicerces para o desenvolvimento cultural,

econômico e turístico da cidade no curto, médio e longo prazo. Para que a memória vença o esquecimento é preciso que a causa de um conjunto de familiares e sobreviventes seja assumida como uma causa comum pelo conjunto da sociedade. Para que o olvido não produza novas tragédias é imprescindível contar com um memorial que transforme o sofrimento em aprendizados e ensinamentos para o futuro. A memória pública é, portanto, um produto do esforço coletivo. Para acontecer é preciso traduzir em ações patrimoniais concretas o dever de resgatar a dignidade das vítimas, reparar a dor dos sobreviventes e familiares, promover ações que garantam a preservação da vida e transmitir às novas gerações os aprendizados trazidos pela tragédia.

O Distrito Criativo deveria tomar como própria essas iniciativas e contribuir ao trabalho de memória coletiva, instituindo-se como um empreendedor de memória (POLLACK, 2006) por meio de parcerias com o movimento dos familiares e sobreviventes. As exigências do trabalho da memória ultrapassam as forças das famílias e da própria AVTSM. Perante as condições que contribuem para esvanecer a tragédia, é necessário um trabalho sustentado ao longo do tempo, que não seja nem ocasional e efêmero, nem restrito à boa vontade de um grupo. Precisa-se garantir um esforço coletivo, profissionalizado e continuado no tempo. O Distrito Criativo representa a ocasião perfeita para produzir a sinergia necessária entre atores da sociedade civil – a AVTSM –, os diferentes níveis do Estado e especialistas em patrimônio de lugares de sofrimento, a promoção cultural, a educação, a arquivologia, a arte, a história, a comunicação, o

marketing e a administração das diversas universidades localizadas em Santa Maria.

REFERÊNCIAS

BASTIDE, Roger. **“Mémoire collective et sociologie du bricolage”**. L'Année sociologique. 1970. Pg. 65-108.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico. Memória e Sociedade**. Tradução de Fernando Tomaz. Ed. DIFEL. 1989.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Ed. Guanabara koogan. Rio de Janeiro. 1988.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Edições vértice. Editora revista dos tribunais ltda. São Paulo. 1990.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10. 1993.

POLLAK, Michael. **“Memória, esquecimento, silêncio.”** In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

SCHMITZ, Maira Eveline. **Produção do Espaço e Memória Coletiva na cidade de Santa Rosa/Rs**. In: Memória Coletiva: entre lugares, conflitos e virtualidade. Porto Alegre/Pelotas. 2021.

UNESCO, Portal IPHAN. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Paris. 2003.

VECCHIOLI, Virginia. **“La monumentalización de la ciudad: los sitios de memoria como espacios de intervención experta de los hacedores de ciudad”** En: Revista Estudios Sociales Contemporáneos. N.10. Editorial Universidad Nacional de Cuyo. FFyL. ISSN: 1850-6747. 2014. Pg. 33-44.

VECCHIOLI, Virginia. **“Usos del documental interactivo y las tecnologías transmedia en la recreación de los centros clandestinos de detención de la dictadura argentina”**. En: Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología. Universidad de los Andes. Colombia. 33. 2018. Pg. 79-100.

VECCHIOLI, Virginia e Laura Perin Lucca. **“Um memorial em homenagem às vítimas da tragédia da boate kiss.”** Em: Observatório de Direitos Humanos da

Universidade Federal de Santa Maria: identidades, trajetórias e perspectivas. Ed UFSM. 2022.